

Paulo Ferreira da Cunha, em defesa do professor-professor

Chie Hirose¹

Paulo Ferreira da Cunha em nossos Seminários do Cemoroc

Conheci o Prof. Paulo em setembro de 2009 quando, ainda doutoranda na Faculdade de Educação da USP, participei como conferencista do “IX Seminário Internacional Filosofia & Educação” do Cemoroc-Feusp, no qual ele proferiu a Conferência de Abertura: “Ensinar e Compreender as Instituições e o Estado: desconstruindo mitos pedagógicos e legitimadores”.



Público do XI Seminário Internacional Cemoroc Filosofia & Educação, organizado por PFC.

Minha primeira e duradoura impressão, confirmada em tantos outros Encontros e Seminários Internacionais do Cemoroc – ambos participamos de praticamente todos, até o atual, o XXI, deste ano – foi a de estar diante de um pensador no qual a imensa erudição não ofusca (muito pelo contrário...) o senso de realidade, a “*concretezza*” de quem enxerga o chão da escola e aponta a “nudez do rei”: as absurdas burocracias e abstrusos sistemas de avaliação, que tanto atrapalham a educação, especialmente a pública, submetida a tantas disfunções do Estado. Ele até parecia nascido e formado no Brasil, tal a sua sensibilidade para nossos problemas educacionais.

¹. Doutora em Educação pela Feusp, com dois Pós Doutorados nessa mesma Faculdade. Professora alfabetizadora da Prefeitura de São Paulo, na EMEFM Vereador Antonio Sampaio. Diretora e editora do Cemoroc - Centro de Estudos Oriente & Ocidente da Faculdade de Educação de São Paulo.

Os XI, XII e XIII “Seminários Internacionais Cemoroc Filosofia & Educação” foram celebrados na minha Faculdade, a Campos Salles (FICS), perante numerosíssimos auditórios e o Prof. Paulo e eu, participamos das organizações desses eventos, o que me permitiu conhecer melhor também sua pessoa. No XIII Seminário, tive a honra de poder apresentá-lo à minha família, quando publicamente me outorgou o título de Professora Investigadora do (hoje extinto) Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, por ele fundado e dirigido.



A autora recebe de PFC o certificado de Investigadora do IJI – XIII Seminário Cemoroc, 2012

Apontar que o rei está nu não é pouca coisa. Muitas vezes os professores – não só os da universidade, mas especialmente os da Educação Básica – têm que aceitar algo, simplesmente porque “o Governo”, ou no caso da educação escolar: “a Secretaria”, “a Direção Regional” ou os diretores e coordenadores assim o determinaram.

Em muitos de seus artigos, Paulo Ferreira da Cunha se insurge contra a nefasta tendência atual de transformar o professor universitário (mas, *mutatis mutandis*, aplica-se perfeitamente a todos os docentes) em um burocrata, administrador, além do mais, sujeito a absurdas, tecnicistas e complicadíssimas “avaliações” (sabe-se lá o que elas realmente avaliam...). Claro que tal ousadia, a de desafiar o Leviatã e ridicularizar sua poderosa máquina, não é para qualquer um; só o pode fazer, alguém que, com estatura para isso. Como revelaram os professores Lauro Ishikawa e Thiago Lopes Matsushita, no vol. II destas homenagens, quando propuseram a uma faculdade brasileira a contratação de PFC, escrevendo ao Diretor da instituição:

Conforme te falei, o Prof. Paulo Ferreira da Cunha, tem uma produção impressionante no Direito Constitucional e será importantíssima a sua incorporação ao Corpo Docente do Mestrado e Doutorado da FADISP.

Para que tenha uma ideia, no último triênio, ele produziu:

- 57 artigos em periódicos;
- 17 livros;
- 26 capítulos de livros;

<http://lattes.cnpq.br/4615065392733954>

Isso equivale a, no mínimo, 10 vezes o que o nosso programa todo produziu no triênio passado. [grifo meu]

(<http://www2.fe.usp.br/%7Ecemoroc/LivroPFC2.pdf> p. 244)

Em um desses agudos (e deliciosos) diagnósticos sobre os problemas da universidade, “Burocracia científica e pluralismo cultural”, assim escrevia Paulo Ferreira da Cunha sobre as avaliações e a burocratização do professor, em detrimento do ensino e da pesquisa:

(...) Acima de tudo, sujeito crescentemente a impecilhos burocráticos a impedirem que trabalhe naquilo para que foi contratado: pesquisar e ensinar.

Os mecanismos de avaliação, a pessoas e instituições, impõem a formatação do que se publica. E as normas já foram por outros denunciadas na sua inaplicabilidade a todos os terrenos, a todos os países, etc.

Sempre lembro o exemplo de “Deus”, que seria obviamente muito mal classificado como professor ou pesquisador. Não passa um só dos requisitos, que me lembre... Escreveu um só livro, sem *referees*, não foi em inglês, não pode haver edições realmente atualizadas, etc. Também não fez pós-docs., etc.

Mas há coisas simplesmente de bradar aos céus.

Como avaliar alguém pelo número de páginas em revistas, esquecendo-se que há tamanhos de letra diferentes, espaços diferentes, margens diferentes e mesmo for-matos de revista diferentes...? E o que interessa, realmente, maior número de páginas? (...)

Nestas condições, os docentes com gosto de ensinar e de pesquisar que magnanimamente aceitam imolar essas vocações no altar da gestão acadêmica (e são esses que se mostram com visão, *prudencia*, capacidade de diálogo e subtileza: porque são eles e não simples tecnocratas que compreendem que gerir uma Universidade ou uma Faculdade não é o mesmo que gerir outra coisa qualquer...) só podem comparar-se aos que alcançam a palma do martírio. São dignos de louvor e devem ser acarinhados e apoiados. E pode ser que não haja muitos assim, no futuro. Porque, por um fenômeno dificilmente explicável, no momento, a transmissão de alguns fundamentos (quantas vezes não-ditos, e muito menos escritos) do que é a Universidade não se está a fazer. O que significa que pode começar a haver (já irá havendo) jovens docentes que não entendem a transcendência e a missão de que estão investidos. Ou seja, mesmo sendo docentes acabarão, se um dia forem guindados a postos de administração, por espelhar uma lógica não especificamente acadêmica.

(*Revista Internacional d’Humanitats* No. 24 – Cemoroc Feusp / UABarcelona <http://www.hottopos.com/rih24/05-16Pfc.pdf>)

No caso da Educação Básica, nem quero falar aqui dos relatórios e imensas burocracias inúteis (e que roubam muitíssimo tempo que poderia ser melhor dedicado à preparação de aulas e pesquisa). Isto agravado pelo fato de que o professor deste nível está mais indefeso, como dizia, aos ditames da “Secretaria”, da “Direção Regional” etc., que, em alguns casos, parecem desconhecer totalmente a realidade do professor, dos alunos e das comunidades em que eles vivem.

O que sim vale a pena é relatar o esforço das publicações do Cemoroc em valorizar o professor-professor da Educação Básica Pública, suas iniciativas em sala

de aula e dar-lhe voz, nas prestigiosas revistas internacionais de nosso Centro, para que ele mesmo relate suas experiências e pesquisas. Como Diretora de Relações do Centro com a Escola Pública e *editor ad hoc* de diversas dessas revistas, tive muitas gratas e fecundas experiências de revelar nossos docentes como professores-professores, em sua criatividade em sala de aula e em suas vanguardistas propostas pedagógicas (pelas quais a burocracia não se interessa, não valoriza e nem toma conhecimento. *Et pour cause...*).

Uma iniciativa revolucionária: o professor-professor nas revistas acadêmicas do Cemoroc

Esse tem sido o grande diferencial das revistas do Cemoroc. Sua linha editorial inclui autores que constroem conhecimentos inovadores, na “periferia” do chão da escola. Valoriza esse território – frequentemente ignorado pela academia – não como campo de pesquisa ou de coleta de dados, mas em busca da voz autoral de quem, diariamente na sala de aula, constrói o saber e assina suas experiências nessas nossas revistas, trazendo visões e entendimentos distintos.

Esse meu ideal de editora já estava presente em mim há muitos anos, quando fazia pesquisa etnográfica – para meu mestrado na Universidade de Hiroshima – nas salas de aula do Japão. E reacendeu-se nos contatos com o Cemoroc e seu presidente, Prof. Jean Lauand, que me incentivou a concretizar esse ideal. O diálogo com o Prof. Paulo Ferreira da Cunha – que me ampliou o horizonte dessas ausências de voz, também presente em outros continentes –, em vários encontros do Centro, foi mais um fator decisivo nesse sentido.

Como *editor* o que procurei foi extrair dos próprios atores da linha de frente do Ensino Básico suas experiências, paradigmáticas, que (infelizmente) não costumam ser apresentadas em eventos das Secretarias de Educação ou, **por eles mesmos**, em publicações científicas. O que é uma pena, pois trata-se de material muito rico, elaborado no árduo âmbito da escola pública e movido fundamentalmente pelo fator “vocaçãõ”, que, como ensina o grande filósofo espanhol Julián Marías, é: “*lo que no se puede dejar de hacer*”.

Digo por experiência própria de alguém que, por anos, valeu-se de etnografia para entender as escolas do Japão. Por mais que um pesquisador alheio à escola pública, se envolva e participe em suas investigações, sempre há um limite que não será facilmente transposto: a revelação das experiências mais decisivas, pois, como bem sabem os antropólogos: “o xamã não revela seus conhecimentos mais profundos”.

Os que trabalham em escolas públicas sabem que, mesmo tendo o seu cargo garantido por concurso, o espaço onde atuam é uma arena de vários interesses, principalmente políticos. Sabem, que a qualquer momento, a sua prática pode ser diluída ou anulada pelo burocrata de plantão ou por uma nova gestão. Ou ao explicitar a sua prática, ela pode ser desfigurada para fins ideológicos ou até usurpada por estudioso interessado apenas em alavancar sua carreira acadêmica. Os professores, normalmente, são informantes muito colaboradores, entretanto, muitas informações são inatingíveis às pesquisas. Por isso a grande dificuldade e tempo de um trabalho de campo sério no âmbito escolar público.

Também os “xamãs”, professores do ensino fundamental, não revelam seus segredos, a menos que... A menos que eles estejam diante de um aprendiz, no caso não já seu aluno, mas o interlocutor que busca realmente aprender de um “mestre”: como o caso da estagiária, das alunas da faculdade de Pedagogia, ou da entrevista de uma colega de anos, como aqui apresentarei.

Mesmo de posse dessa reveladora metodologia, é necessário atenção para as entrelinhas, pois é nelas que se esconde a alma desses educadores...

Assim, por exemplo, pudemos receber de primeira mão as sugestivas experiências de ensino de História em alfabetização do Prof. Juscelino Passos Pereira de Almeida, que, com seus alunos de 4º. ano, toma como referência os povos nativos que habitavam nosso país antes da chegada dos portugueses e “vamos montando a História com todos os elementos que vão influenciar em nossa cultura”.

“Claro, sem deixar de ressaltar a cultura africana que tanto representou para o processo de construção do país, a formação no período colonial, os primeiro e segundo ciclos, as formas de governo e a comparação com os dias de hoje. É tudo isso que norteia o conteúdo e a disciplina, assim como os aspectos econômicos, sociais, políticos do nosso país.”
 (“Ensinando História no Fundamental I” <http://hottopos.com/convenit14/39-44JuscAnt.pdf>)

Juscelino – sem deixar de atuar como promotor da cultura mineira – como professor em um cidade como São Paulo, estrutura seu ensino em dimensão universal:

“As pessoas normalmente não percebem que ser professor na Prefeitura não se restringe aos muros da escola: essas atividades estão em total ligação com o trabalho propriamente escolar. Veja, os alunos quando chegam aqui, são migrantes ou imigrantes, eu tenho aluno argentino, angolano, chinês, então acho que trabalhar com os dados dessas pessoas é encorajá-los a tocar a vida, a buscar o significado de sua cultura para valorizá-lo como ser humano, conscientizando-os de sua importância na vida e suas raízes como participante da História. Lembrando o nosso educador e poeta Abgar Renault: ‘Viajar, mais que tudo, é retornar’”.



Alunos do Prof. Juscelino em atividade

Nessas mesmas revistas, uma experiência que causou grande repercussão no meio acadêmico, foi a da Profa. Raimunda Pereira do Nascimento Marques, professora da Rede, que mostra uma visão muitíssimo à frente de diversas propostas oficiais sobre alfabetização. Em “Ensinando arranjos florais no Fundamental I” (<http://hottopos.com/convenit14/57-62RaimundaChie.pdf>), diz ela:

Fazer um arranjo floral não é apenas montar flores em um vaso. É lidar com os sentimentos e transformação do indivíduo. *Ikebana* ensina o ser humano a compreender e a respeitar os fundamentos da lei da natureza. Ela também coloca a pessoa em contato com valores que contribuem efetivamente para tornar a vida mais bela, alegre e harmoniosa.



Aluno Isaque (1º ano) e a profª Raimunda

Arranjos florais é um caminho (um *do*, como dizem os orientais) e não é o único. Eu sou especialmente sensível aos valores por ele veiculados e proponho aos colegas fazer esse trabalho com os alunos da sua sala. Para trilhar esse caminho, é necessário perseverança, fazer no mínimo duas vezes por mês. Os depoimentos dos pais são altamente motivadores, indicam mudanças incríveis. Acredito nessa arte porque antes de praticar com os outros, eu tive a oportunidade de provar. É tão gratificante fazer arranjo floral que a sensação que temos é de uma coisa tão diferente que nem dá para explicar. Realmente é uma “iluminação” interior...



As crianças no refeitório

Relacionar a feitura de arranjos florais com a alfabetização na Escola Pública é uma proposta tão rica e inovadora, que quebra os paradigmas atuais e é simplesmente incompreensível para muitos dos gestores da BNCC – Base Nacional

Comum Curricular. E nem tem como ser “lançada” nos espartilhos dos relatórios que temos que preencher nas plataformas digitais do governo.

Já a Profa. Maria Josenita Viana nos conta suas experiências em “Breve diálogo com estudantes de Pedagogia” (<http://hottopos.com/convenit14/63-68Jo.pdf>)

Eu sou professora de História de Ensino Fundamental II que optei por ficar numa mesma escola por mais de 15 anos, trabalhando diretamente com os jovens adolescentes. Muitos deles são oriundos de comunidades que vivem em região de altos índices de insegurança ou são de famílias de trabalhadores migrantes da zona norte da cidade. A minha jornada como professora é trabalhar de manhã nesta escola e à tarde em uma outra escola pública. Nestes últimos tempos, tenho me interessado pela formação dos nossos futuros professores. Numa conversa de corredor com uma colega que leciona numa faculdade de Pedagogia da região da Lapa, expus minha preocupação sobre a formação de professores. Então sugeri a ela um filme para as suas alunas e coloquei o meu desejo de saber o que essas jovens do 1º ano do curso achariam de “O Substituto”.

Também com a Profa. Maria Josenita, tivemos uma das mais importantes experiências na escola pública. A convite da Profa. Dra. Roseli Fischmann, *editor* do dossiê “Educação e Direitos Humanos” (International Studies on Law and Education No. 22 <http://hottopos.com/isle22>), escrevi “Uma experiência de diálogo Brasil-Japão: alunos e professoras de ensino básico” (<http://hottopos.com/isle22/95-106Chie.pdf>).

Trata-se de uma experiência riquíssima, intercontinental, realizada ao longo de sete anos (naturalmente, sem nenhum apoio institucional...) entre crianças brasileiras, da EMEFM Vereador Antonio Sampaio (Prefeitura Municipal de São Paulo), e seus colegas de escolas do Japão. De 2009 a 2015, a Professora Ayumi Massao (Japão) e a Professora Josenita (e eu) promovemos a comunicação entre alunos de ambas as escolas, discutindo as culturas, paz e direitos humanos.

E é que em 2006 tive o privilégio de conhecer Ayumi Massao, professora de Ensino Fundamental em Osaka, e que tinha sido enviada ao Brasil para lecionar, por três anos, em uma escola japonesa no bairro de Campo Limpo e frequentemente conversávamos e trocávamos impressões sobre nosso ofício. Em 2009 ela manifestou interesse em conhecer uma escola pública brasileira e logo a levei para minha escola, na Zona Norte de São Paulo. Tive o cuidado de, antes de apresentar a ela a sala de aula, levá-la para conhecer os condomínios das comunidades populares “Gato” e “Zaki Narchi” (de onde procedem nossos alunos); o que, naturalmente, causou-lhe notável impacto...

No encontro sobre a II Guerra Mundial, que Josenita organizou para os alunos do Ensino Médio, Ayumi, nascida e educada em Hiroshima, compartilhou suas preocupações sobre a guerra e a bomba, sempre presentes em sua vida escolar. E teve de responder a inúmeras perguntas de nossos jovens sobre os efeitos – que se estendem até hoje – daquela catástrofe.

A pergunta que, em diversas formulações, mais se repetiu foi: se os japoneses carregam ainda ódio dos americanos e como é a convivência dos dois países atualmente. A Josenita alertou a Ayumi para um sentido profundo (e não evidente para quem não é da comunidade) por trás dessa questão que, como se verá, não é meramente escolar ou teórica... E é que, naquela mesma semana, toda a cidade de São Paulo estava em estado de choque com a chacina (mais uma...) de Osasco e Barueri.

Em seu ambiente familiar, esses jovens são confrontados frequentemente com casos de conhecidos, vizinhos, ou até parentes, vítimas da cultura da vingança – assassinatos, chacinas, abusos da polícia, guerras de traficantes. Como bem resumiu a Jô para informar a Ayumi: “Nossos jovens vivem a violência de uma guerra todos os dias!”



Prof. Maria Josenita Viana

Então, Ayumi termina essa aula-diálogo com uma reverência de agradecimento aos jovens dizendo: “Com vocês aprendi algo sobre a busca da paz e vou levar isto para meus alunos no Japão”.



Prof. Ayumi mostrando a arte da caligrafia oriental

Entre tantas outras experiências que publicamos, quero destacar aqui somente mais uma: a das professoras Lis Régia Pontedeiro Oliveira e Mara Lígia Ribeiro Avanzi, sobre as possibilidades de interação entre crianças de idades diferentes na alfabetização e aprendizagem de História. As professoras elaboraram uma dinâmica de pesquisa, ensino e aprendizagem entre alunos de 4º. e 6º. anos, sobre Egito Antigo. Uma experiência que teve especial cuidado para com os alunos do 6º. ano, em transição para o Fundamental II, onde terão vários professores (e não apenas um único) e que é considerada habitualmente uma “série difícil”.

Convidamos o leitor a ler o precioso artigo: “O que as múmias e as cartolinas podem nos ensinar?” (<http://www.hottopos.com/convenit23/61-68LisMara.pdf>).

Em nome de meus colegas da Educação Básica, reitero os agradecimentos ao Cemoroc por democratizar esse espaço editorial de excelência e ao Professor Paulo Ferreira da Cunha, por sua intransigente defesa do professor-professor.

Recebido para publicação em 01-06-20; aceito em 08-07-20